



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SR. JUAREZ MIGUEL DA SILVA)

PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES (SR. EDSON LUIS KUZMA)

Ao cumprimentá-los, vimos por meio deste solicitar abertura de edital de licitação para concessão de direito real de uso de um lote, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.164/2024, no intuito de atender ao interesse público com as seguintes especificidades:

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE UM LOTE/ÁREA SITUADA NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL DA VILA SÃO JOÃO, MUNICÍPIO DE IRATI, COM A FINALIDADE DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL/INDUSTRIAL PARA ATIVIDADES DE INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO DE MATERIAIS PROVENIENTES DA RECICLAGEM DE VIDRO, ISOPOR, PLÁSTICO, METAIS E MADEIRAS E USINA DE RECICLAGEM E BRITAGEM DE ENTULHOS E RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, A SEREM EXECUTADAS PELA FUTURA CONCESSIONÁRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 5.164/2024.

Valor estimado: Não há previsão de ônus para as partes

Prazo da concessão: 10 anos



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1. Justificam e motivam a presente concessão de uso de imóveis de propriedade do Município, aprovada pela Lei Municipal nº 5.164/2024, os propósitos de:

1.1.1. Desenvolver e aproveitar as potencialidades do Município, tendo como fator principal a logística e a localização das áreas a serem licitadas a serem administradas por pessoas jurídicas;

1.1.2. Salvar o patrimônio público e dar cumprimento à sua função social, garantindo benefício ao Município e aos seus cidadãos, destinando esse imóvel ao desenvolvimento de atividades comerciais/industriais de Indústria e Transformação de Materiais Provenientes da Reciclagem de Vidro, Isopor, Plástico, Metais e Madeiras e Usina de Reciclagem e Britagem de Entulhos e Resíduos Sólidos da Construção Civil, a serem executadas pela futura concessionária;

1.1.3. Conceder o direito real de uso dos imóveis a fim de que incrementem a atividade econômica do Município.

1.2. A área referida neste termo de referência como Lote 05 – da matrícula nº 13.266 – 2º C.R.I., presente no Complexo GARI

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O objeto da licitação consiste na concessão de direito real de uso, precedida de procedimento licitatório, do direito de uso relativo a uma área localizada no Condomínio industrial da Vila São João, Município de Irati/PR.

2.1.1. Os critérios de pontuação técnica da proposta técnica são vinculados às condições e peculiaridades do lote, conforme justificativa.

2.2. A área cuja Concessão de direito real de uso deste certame será destinado ao uso exclusivamente para pessoa jurídica que deverá cumprir os critérios exigidos.

2.2.1. A área será entregue no estado em que se encontra, cabendo à concessionária proceder e arcar com todo o ônus das adequações que forem necessárias à sua atividade. As adequações que forem realizadas na área de



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



concessão serão consideradas de interesse único e exclusivo, do concessionário, razão pela qual não caberá amortização e/indenização.

2.3. Os imóveis deverão ser ocupados por estruturas e/ou equipamentos, sem ônus financeiro direto ao Município, que ofereçam à população produtos e serviços legalizados e de qualidade, que tragam estímulos a um comportamento sustentável e ambientalmente correto.

2.4. O Município não desprenderá recursos públicos para viabilizar e/ou manter o projeto, limitando-se a selecionar e disponibilizar áreas e condições necessárias para implantação de equipamentos ou serviços, dependendo do tipo de projeto apresentado, desde que autorizado pela Administração Municipal. O Município não poderá ter despesas com os equipamentos ou instalações nem tampouco com sua manutenção, que ficará a cargo do concessionário;

2.6. A Concessão será de UM LOTE, conforme a especificação:

DESCRIPTIVO DA MATRÍCULA
Matrícula nº 13.266 - 2º C.R.I, com área total de 135.183,98 m², sendo o objeto denominado Quadra "E" - Lote 05 com 5.107,02 m², localizado à Rua Elizabeth Krinski Beraldo, Complexo GARI, no Condomínio Industrial da Vila São João, na Cidade de Irati/PR, conforme mapa de situação e localização de levantamento topográfico desta municipalidade.

Da Matrícula nº 13.266, será considerada para a presente disputa de Concessão de Direito Real de uso o Lote 05, presente na Quadra "E" com 5.107,02 m² de área, conforme segue:

LOTE 05 – CONDOMINIO INDUSTRIAL
Matrícula nº 13.266, área 135.183,98 m². Imóvel: Lote 05, área 5.107,02 m². Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice marco M001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS2000, MC -51°W, de coordenadas N 7.178.497.28 m e E 534.779,20 m ; deste segue confrontando com o alinhamento predial da RUA ELIZABETH KRINSKI BERALDO, com azimute de 266°46'57" por uma distância de 37,16m até o vértice M002 , de coordenadas N 7.178.495,20m e E 534.742,14m de altitude 0,00m ; deste



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



segue confrontando com a propriedade do MUNICÍPIO DE IRATI – Lote 05 COMPLEXO GARI, com azimuth de $359^{\circ}32'18''$ por uma distância de 107,14m até o vértice **M003**, de coordenadas **N 7.178.602,34m** e **E 534.741,28m**; deste segue confrontando com a propriedade Do MUNICÍPIO DE IRATI – Concessão Lote 04 ASSOC. DOS REVENDEDORES DE INSUMOS AGROPECUARIOS, com azimuth de $92^{\circ}50'58''$ por uma distância de 20,75m até o vértice **M004**, de coordenadas **N 7.178.601,31m** e **E 534.762,00m**; deste segue confrontando com a propriedade do MUNICÍPIO DE IRATI – Concessão Lote 03 R.A EXECUÇÕES, com azimuth de $92^{\circ}50'58''$ por uma distância de 39,83m até o vértice **M005**, de coordenadas **N 7.178.599,33m** e **E 534.801,78m**; deste segue confrontado com a propriedade do MUNICÍPIO DE IRATI- Concessão Lote 02 M.T MÓVEIS, com azimuth $192^{\circ}28'35''$ por uma distância de 104,51m até o vértice **M001**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 309,35m.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representados no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51 WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

3. VISITA TÉCNICA

3.1. O proponente interessado em participar do presente processo licitatório deverá agendar e realizar, em até 01 (um) dia útil antes do término do prazo para entrega de propostas, VISITA TÉCNICA aos locais dos imóveis objeto desta Licitação.

3.2. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal de dispensa. O Atestado de Visita ou a Declaração Formal de Dispensa devem ser assinados por profissional com qualificação suficiente para tomar conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações legais do futuro contrato. Da mesma forma, o profissional designado deve ter poderes suficientes para representação da empresa, com poderes de administração da pessoa jurídica ou equivalente (procurador, credenciado ou outro).



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



3.3. A visita técnica poderá ser agendada, por qualquer empresa interessada, que juntamente com a equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal (Telefone (42) 3132 6285 / WhatsApp (42) 9 9143 0981) repassarão à equipe técnica da proponente as condições técnicas, singularidades, peculiaridades, localização e demais especificidades.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MELHOR TÉCNICA

4.1. Atendidas as condições de habilitação serão consideradas vencedoras da presente licitação as empresas que propuserem a MELHOR TÉCNICA, para uso do objeto por lote proposto.

4.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizada como critério de desempate o sorteio, na mesma sessão de julgamento, com ou sem a presença dos representantes legais interessados.

5. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

5.1. Conforme Lei Municipal nº 5.164/2024, a empresa vencedora deverá apresentar projeto para geração de empregos diretos e detalhar as atividades a serem desenvolvidas, obedecendo às disposições legais aplicáveis, em especial a legislação ambiental, vigilância sanitária e tributária, como condição para assinatura do contrato.

5.2. A proponente terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados automaticamente da data da adjudicação do objeto para apresentar o Projeto de Implantação, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, por intermédio de Comissão designada para esse fim, promoverá análise e elaboração de parecer, instrumento que opinará pela aprovação ou reprovação do referido Projeto.

5.2.1. O Projeto deve contemplar ou abordar de todas as áreas referidas como critérios para pontuação técnica, dispostos neste Anexo I, como critério mínimo de aceitabilidade.

5.2.2. Cada um dos itens do Projeto será julgado pela Comissão como APTO ou INAPTO, devendo o julgamento, no caso de inaptidão, ser devidamente justificado.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



5.2.3. O prazo estipulado no item 5.2. poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

5.2.4. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio de sua Comissão para análise e implantação de projeto, terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para emissão do parecer, bem como aprovação ou reprovação do projeto de implantação.

5.2.4.1. Em caso de reprovação do projeto de implantação a proponente terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para readequação.

5.3. A Comissão será designada por meio de Decreto Municipal.

6. DO CONTRATO, DOCUMENTOS E PRAZO DA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

6.1. A concessão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal e comprovado a conveniência e o interesse público.

6.1.1. Em caso de prorrogação, o gestor do contrato deverá emitir relatório acerca da execução do contrato mencionando se a concessionária está cumprindo satisfatoriamente com todas as obrigações assumidas.

7. DAS INSTALAÇÕES

7.1. A CESSIONÁRIA vencedora do certame deverá iniciar as atividades no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato e relatar mensalmente, ao executivo municipal, até conclusão das atividades necessárias à sua instalação. A licitante se responsabiliza a seus custos, em promover, instalações, adequações e/ou investimentos, ainda, realizar reformas, no todo ou em parte do terreno, efetuar aterro, cerco da área, construção de barracões, dentre outras benfeitorias que achar necessária, sem autorização prévia e por escrito do Município, devendo apenas, para efeito de registro, comunicar o Município.

7.2. A documentação e liberação de funcionamento junto aos órgãos responsáveis ficarão todos a cargo da CESSIONÁRIA. Após autorização, a



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



Concessionária vencedora deverá cumprir os prazos indicados para providenciar as instalações necessárias de estruturas, dando início às atividades propostas. Durante o processo de instalação, a Concessionária deve observar todo o ordenamento jurídico incidente sobre o caso, em especial as questões relacionadas à Licença Sanitária (da respectiva atividade), devendo a Concessionária estar em conformidade com a legislação (ANVISA/SESAPR/CFM).

7.2.1. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizado e comprovado nos moldes do que está definido pelo Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002), o prazo referido no Item 7.1 poderão ser prorrogados por igual período, por ato motivado pela proponente e autorizado pela Administração Pública.

7.3. A falta de cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 5.164/2024, a modificação da finalidade da CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO ou a extinção da empresa CESSIONÁRIA, farão o imóvel, com todas as benfeitorias e instalações nele introduzidas, reverter automaticamente, independentemente de ações judiciais e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação

8. ASSINATURA DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

8.1. Após assinatura do contrato, fica a Concessionária obrigada a apresentar o Alvará de Funcionamento e Localização à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

8.2. No curso da execução do contrato de concessão de direito real de uso, caberá à Prefeitura o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste contrato. Para isso, a Prefeitura registrará em relatório as eventuais deficiências verificadas, encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

8.3. Caberá a gestão do contrato a Secretário de Meio Ambiente, Sra. Magda Adriana Lozinski, OU QUEM POR ELA DESIGNADO.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



9. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

São obrigações da empresa:

9.1. Propiciar todas as condições para a fiscalização, pelo Município de Irati, do uso do imóvel, bem como pela prestação dos serviços inerentes ao objeto.

9.1.1. A empresa deverá apresentar, anualmente, relatório de acompanhamento do cumprimento das condições contratadas, em consonância com as disposições do projeto apresentado e do presente termo de referência/projeto básico que faz parte do Anexo I do edital.

9.1.2. O contrato de concessão, com a consequente execução de suas avenças, fica estritamente vinculada ao projeto apresentado pela empresa, devidamente aprovado pela comissão de avaliação. A execução do contrato em dissonância com a proposta apresentada pode ser caracterizada como inexecução contratual.

9.2. Manter sob sua responsabilidade todas as condições de higiene do local e segurança das pessoas que frequentem o local.

9.3. O concessionário deverá recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da Prefeitura, cabendo-lhe efetuar os pagamentos, inclusive aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como, os seguros e quaisquer outros decorrentes de condição e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, fiscalização e orientação técnica, controle, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.

9.4. Pagar os empregados em dia e exibir à Prefeitura, sempre que solicitada, as folhas de pagamento e guias de recolhimento de contribuições previdenciárias INSS e FGTS, em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados na exploração comercial.

9.5. Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, inclusive quanto a equipamentos de segurança no trabalho, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pelo concessionário a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



- 9.6.** Responder perante a vigilância sanitária pela higiene e qualidade dos serviços prestados.
- 9.7.** Responder, civil e criminalmente, por qualquer prejuízo causado a terceiros na utilização dos bens públicos objeto deste, inclusive da infortúnica do trabalho.
- 9.8.** Respeitar a legislação vigente para a atividade, perante a fiscalização de todos os órgãos oficiais.
- 9.9.** Recolher todos os impostos e taxas em dia e apresentá-los à fiscalização da Prefeitura sempre que solicitado.
- 9.10.** Não praticar atividades ilegais na exploração do imóvel objeto deste.
- 9.11.** É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, isentando o Município de qualquer responsabilidade, quanto ao lucro/prejuízo na exploração comercial dos serviços no local avençado.
- 9.12.** Responder às autoridades competentes por descumprimentos das leis e normas para o ramo de atividade, isentando o município de culpa, responsabilidade e solidariedade.
- 9.13.** Pagar, às suas custas, as despesas com luz, água, telefone e eventuais outras inerentes ao imóvel.
- 9.14.** Manter o imóvel em perfeito estado de conservação, bem como restituí-lo em pleno estado de conservação, em caso de vencimento ou cancelamento do contrato.
- 9.15.** Responder pela manutenção do imóvel, isentando o Município de qualquer obrigação e responsabilidade por qualquer dano ocorrido.
- 9.16.** Não sublocar ou ceder a terceiros.
- 9.17.** A licitante se responsabiliza a seus custos, em promover, instalações, adequações e/ou investimentos, ainda, realizar reformas, no todo ou em parte do terreno, efetuar aterro, cerco da área, construção de barracões, dentre outras benfeitorias que achar necessária, sem autorização prévia e por escrito do Município, devendo apenas, para efeito de registro, comunicar o Município.
- 9.18.** A falta de cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 5.164/2024, dos



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



termos do edital ou de seu contato, a modificação da finalidade da CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO ou a extinção da empresa CESSIONÁRIA, farão o imóvel, com todas as benfeitorias e instalações nele introduzidas, reverter automaticamente, independentemente de ações judiciais e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação.

9.19. É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a obrigação de conservar em perfeito estado de asseio as suas edificações, pátios, jardins, quintais, ou terrenos baldios, bem como os passeios fronteiros à sua propriedade.

9.20. A partir da inscrição da concessão, o concessionário responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre o imóvel e suas rendas.

São direitos da empresa:

9.20. Explorar os serviços comerciais/industriais, conforme condições estabelecidas em edital e proposta técnica para o ramo de atividade, no estabelecimento concedido.

9.21. Utilizar o imóvel do Município nas condições avençadas.

10. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONCEDENTE

São Obrigações da Prefeitura:

10.1. Ceder o imóvel nas condições de uso descritas no termo de referência, a contar da data da assinatura do contrato.

10.2. Proceder à fiscalização dos serviços executados, através da Secretaria de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

10.3. Notificar, por escrito, qualquer infração ao objeto da presente licitação.

10.4. Propor, sob argumentação fundamentada, o cancelamento da Concessão, visando a qualidade da prestação do serviço público permitido.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



São direitos da Prefeitura:

10.5. Fiscalizar a prestação dos serviços e notificar em caso de descumprimento das cláusulas avençadas.

10.6. Rescindir o contrato, de acordo com a lei, em caso de descumprimento por parte da empresa das cláusulas contratuais.

11. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

11.1. Serão pontuadas as propostas técnicas, para cada um dos lotes, de acordo com os critérios definidos.

11.1.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas que não atingirem a pontuação mínima de cada critério de pontuação técnica.

11.1.2. A pontuação técnica, sugerida na proposta técnica, DEVERÁ ser vinculada estritamente ao projeto a ser apresentado pela empresa vencedora, na etapa de contratação.

11.3. Para o **LOTE 05** são definidos os seguintes critérios de pontuação técnica:

GERAÇÃO DE EMPREGOS		
FAIXA	Nº de empregos	PONTUAÇÃO
A	De 01 a 04	20
B	De 05 a 08	40
C	De 09 a 13	60
D	De 14 a 18	80
E	De 19 a 22	100
F	De 23 a 26	120
G	De 27 a 30	140
H	De 31 a 34	160
I	De 35 a 39	180
J	Acima de 40	200



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA MENSAL		
FAIXA	Valor da movimentação R\$	PONTUAÇÃO
A	Até R\$ 40.000,00 a R\$ 80.000,00	10
B	De R\$ 80.000,01 a R\$ 120.000,00	20
C	De R\$ 120.000,01 a R\$ 160.000,00	30
D	De R\$ 160.000,01 a R\$ 200.000,00	40
E	De R\$ 200.000,01 a R\$ 240.000,00	50
F	De R\$ 240.000,01 a R\$ 280.000,00	60
G	De R\$ 280.000,01 a R\$ 320.000,00	70
H	De R\$ 320.000,01 a R\$ 360.000,00	80
I	De R\$ 360.000,01 a R\$ 400.000,00	90
J	Acima de R\$ 400.000,01	100

INVESTIMENTOS EM REAIS (ATIVOS FIXOS)		
FAIXA	Valor do investimento	Pontuação
A	De R\$ 150.000,01 a R\$ 300.000,00	10
B	De R\$ 300.000,01 a R\$ 450.000,00	20
C	De R\$ 450.000,01 a R\$ 600.000,00	30
D	De R\$ 600.000,01 a R\$ 750.000,00	40
E	De R\$ 750.000,01 a R\$ 900.000,00	50
F	De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.050.000,00	60
G	De R\$ 1.050.000,01 a R\$ 1.200.000,00	70
H	De R\$ 1.200.000,01 a R\$ 1.350.000,00	80
I	De R\$ 1.350.000,01 a R\$ 1.500.000,00	90
J	Acima de R\$ 1.500.000,01	100



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



ÁREA EM METROS QUADRADOS DE INTERVENÇÃO NA ESTRUTURA PREDIAL EXISTENTE		
FAIXA	Área de construção	Pontuação
A	De 10 a 200 m ²	10
B	De 201 a 400 m ²	20
C	De 401 a 600 m ²	30
D	De 601 a 800 m ²	40
E	De 801 a 1.000 m ²	50
F	De 1.001 a 1.200 m ²	60
G	De 1.201 a 1.400 m ²	70
H	De 1.401 a 1.600 m ²	80
I	De 1.601 a 1.800 m ²	90
J	Acima de 1.801 m ²	100

PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO – CONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES		
Faixa	Tempo de Implantação	Pontuação
A	Acima 121 dias	10
B	De 120 a 108 dias	20
C	De 107 a 95 dias	30
D	De 94 a 82 dias	40
E	De 81 a 69 dias	50
F	De 68 a 56 dias	60
G	De 55 a 43 dias	70
H	De 42 a 30 dias	80
I	De 29 a 17 dias	90
J	Início Imediato após aprovação do projeto e contratação	100



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



INÍCIO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS/INDUSTRIAIS		
Faixa	Início das atividades	Pontuação
A	Acima 21 meses	10
B	De 20 a 19 meses	20
C	De 18 a 17 meses	30
D	De 16 a 15 meses	40
E	De 14 a 13 meses	50
F	De 12 a 11 meses	60
G	De 10 a 9 meses	70
H	De 8 a 7 meses	80
I	De 6 a 5 meses	90
J	Menos de 4 meses	100

VARIEDADE DE MATERIAIS PROCESSADOS		
FAIXA	Quantidade de Materiais: Entulhos e resíduos sólidos de construção civil; Plástico; Vidro; Isopor; Metais; Madeiras	PONTUAÇÃO
A	1	100
B	De 2 a 3	200
C	De 4 a 5	300
D	Acima de 6	400



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



12. ANÁLISE DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

12.1. A análise de riscos é uma ferramenta que permite identificar, avaliar e mitigar os riscos associados a uma determinada atividade. No caso da Concessão de Espaços Públicos, alguns riscos potenciais incluem:

Definição da necessidade: riscos relacionados à imprecisão ou falta de clareza na definição da necessidade a ser atendida pela contratação.

- a) Elaboração do edital: riscos relacionados à elaboração de um edital que não esteja de acordo com a legislação ou que não seja claro e preciso.
- b) Participação dos interessados: riscos relacionados à falta de interesse dos fornecedores ou à participação de fornecedores inidôneos.
- c) Julgamento das propostas: riscos relacionados a erros ou vícios no julgamento das propostas.
- d) Execução do contrato: riscos relacionados à execução do contrato, como atrasos, falhas na entrega ou defeitos nos produtos ou serviços adquiridos.

12.2. Após a identificação dos riscos, é necessário avaliá-los. A avaliação do risco é feita por meio da combinação da probabilidade de ocorrência do risco com o impacto que ele teria caso ocorresse.

12.2.1. A probabilidade de ocorrência do risco pode ser classificada em:

- a) Alta: risco de alta probabilidade de ocorrência.
- b) Média: risco de probabilidade média de ocorrência.
- c) Baixa: risco de baixa probabilidade de ocorrência.

12.2.2. O impacto do risco pode ser classificado em:

- a) Alto: risco de alto impacto, caso ocorra.
- b) Médio: risco de impacto médio, caso ocorra.
- c) Baixo: risco de impacto baixo, caso ocorra.

12.2.3. Com base na combinação da probabilidade de ocorrência e do impacto, o risco pode ser classificado como:

- a) Risco tolerável: risco de baixa probabilidade de ocorrência e baixo impacto.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



- b) Risco aceitável: risco de média probabilidade de ocorrência e médio impacto.
- c) Risco inaceitável: risco de alta probabilidade de ocorrência e alto impacto.

12.2.4. Os riscos inaceitáveis devem ser priorizados para que sejam tratados. As ações de tratamento podem incluir:

- a) Eliminação do risco: medidas para eliminar a fonte do risco.
- b) Transferência do risco: medidas para transferir o risco para outra parte, como um seguro.
- c) Mitigação do risco: medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência ou o impacto do risco.

12.2.5. A matriz de risco pode ser atualizada periodicamente, para refletir as mudanças no ambiente ou nas condições que afetam o processo de contratação. A seguir, é apresentado um exemplo de matriz de risco para processos de pregão para aquisição:

Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Ação de Tratamento
Definição da necessidade imprecisa ou incompleta	Alta	Alto	Inaceitável	Elaborar um termo de referência detalhado e claro com a mais ampla participação e revisão.
Edital incorreto ou incompleto	Média	Alto	Inaceitável	Elaboração de Minuta padronizada e previamente aprovada pela Procuradoria Jurídica do Município e revisão do edital com a participação de especialistas e assessoria jurídica.
Participação de fornecedores inidôneos	Média	Alto	Inaceitável	Realizar diligências para verificar a idoneidade dos fornecedores como consultas aos portais públicos.
Julgamento das propostas incorreto ou viciado	Baixa	Alto	Inaceitável	Implementar mecanismos de controle e auditoria e capacitações constantes dos agentes públicos



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



				envolvidos nos processos.
Atraso na execução dos termos contratuais	Média	Médio	Aceitável	Estabelecer prazos e cronogramas realistas e aplicações de notificações e sanções, quando cabíveis.
Falha na entrega dos produtos ou serviços	Média	Médio	Aceitável	Incluir cláusulas contratuais que previnam ou mitiguem esse risco e aplicações de notificações e sanções.
Conflitos de interesse ou falta de transparência	Baixa	Alto	Inaceitável	Garantir processos transparentes e adotar práticas de compliance e auditoria independente, com monitoramento contínuo.
Insatisfação dos usuários do espaço público	Baixa	Médio	Inaceitável	Realizar pesquisas de satisfação contínuas e prever mecanismos de melhoria dos serviços prestados com base no feedback dos usuários.
Descontinuidade no uso do espaço concedido	Média	Alto	Inaceitável	Prever medidas contratuais para evitar descontinuidade, como monitoramento de ocupação e planos de contingência para manter a funcionalidade do espaço
Dificuldades na manutenção financeira do concessionário	Média	Alto	Inaceitável	Exigir garantias financeiras e realizar análise da capacidade econômica do concessionário, com acompanhamento contínuo de sua viabilidade.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente



A matriz de risco é uma ferramenta importante para o gerenciamento de riscos em processos de pregão para aquisições. Os riscos podem ser reduzidos com a adoção das medidas acima apresentadas.

Irati, 24 de Outubro de 2024.

Magda Adriana Lozinski
Secretaria de Meio Ambiente
Matrícula nº 506.533-2

Gian Lucas Bolde
Elaboração do Termo de Referência
Matrícula nº 506.692-8